

Le Monde – 02/12/03

Ponto de Vista.

Deixem a nós nossos charlatães!

Marcela Iacub e Patrice Maniglier.

Nós, que estamos engajados na psicoterapia ou na psicanálise, que já fizemos ou poderemos fazê-la, pedimos às “autoridades sanitárias” que façam o favor de parar de proteger-nos dos charlatães. Com efeito, não estando ainda sob tutela, pensamos ser capazes de escolher, sob nosso próprio risco, nossos psicanalistas ou nossos psicoterapeutas e os de nossos filhos.

Exigimos a retirada imediata da “emenda Accoyer”, que pretende, com o pretexto de proteger-nos de nós mesmos e de nossos demônios inconscientes, impor a nossos psis, que estão às vezes no exercício há muitos anos, uma formação de psiquiatra ou de psicólogo.

Opomo-nos a que o legislador reduza, desta forma, nosso sofrimento a uma doença, e assimile nossas psicoterapias a um tratamento médico-psicológico mais ou menos rápido, sem, por outro lado, pronunciar-se sobre o seu reembolso.

Se, hoje, desejássemos procurar um psicólogo ou psiquiatra, absolutamente nada nos impediria de fazê-lo. Mas se nós vamos a um “psi” não é por nossa saúde mental – que não está pior nem melhor, obrigada -, mas porque queremos falar-lhe de nossas preocupações familiares, amorosas, profissionais, sociais ou porque nós buscamos alguma coisa sobre nós mesmos, tão opaca quanto ela possa ser.

Não acreditamos que algumas sessões com um especialista familiarizado com nossos “sintomas” resolvam o problema. Chagas de amor, lutos, inibições profissionais, artísticas, sexuais, perda de emprego (sobretudo neste momento...), sentimentos de repetição: nada disto tem a ver com “doença”, “autoridade sanitária” ou com controle de Estado. Pensamos que seria melhor que aquele renuncie ao projeto de “enquadrar” nosso “sofrimento psíquico”. Por isto, preferimos ir procurar livremente nossos psis.

Alguns serão, dizem, charlatães – pessoas que falam muito em espanhol. De fato, habitualmente, encontramos aqueles preferivelmente muito silenciosos. Além disto, no entanto, não nos podem dizer quais estudos eles fizeram e qual formação especializada seguiram, por exemplo, uma psicanálise na qual não existe nenhum diploma oficial possível.

A maioria deles nos dão a impressão de estar em formação continuada: passam suas noites em seminários clínicos e seus fins de semanas em colóquios teóricos que organizam benevolmente nas suas associações, onde parecem examinar-se e avaliar-se sem cessar entre si. Adorariamos ter certeza de que eles são bem analisados, mas não vemos como um diploma universitário poderia garantir-nos isto.

Esta lei, dizem-nos também, visaria a prevenir abuso sexual. Mas em que um título de psiquiatra ou psicólogo nos evitaria sucumbir ao chame irresistível de um “psi” diplomado que quisesse dormir conosco? Em que os seus diplomas, por certo respeitáveis sob outros pontos de vista, nos salvariam dos perigos da sedução? E se se trata pura e simplesmente de estupro, não existem numerosas leis punindo estes comportamentos? Assim, M. Accoyer escreve: *“Desde fevereiro de 2000 a missão interministerial de luta contra as seitas assinala que certas técnicas psicoterápicas são uma ferramenta a serviço da infiltração sectária e recomenda regularmente às autoridades sanitárias o enquadramento destas práticas. Esta situação constitui um perigo real para a saúde mental dos pacientes e tem a ver com a saúde pública.”* Isto também não compreendemos: se a poderosa lei anti-seitas não serviu para conter, em anos, a infiltração deste flagelo, é necessário, dizem-nos eles então, distingui-las bem da verdadeira religião. Uma lei suplementar, agora sobre a psicoterapia, conseguirá ter melhores resultados? Nós duvidamos: o espírito de seita tem um ar sólido e as autoridades deveriam refletir sobre suas causas.

Ao contrário, constatamos uma tendência mais e mais pronunciada em, a pretexto de nossa “vulnerabilidade” psicológica, por em questão nossa capacidade de agir livremente. Não queremos um Estado tutelar que pretenda encarregar-se

bem de nossas almas. Colocamos então a questão: quem lucra com nosso sofrimento psíquico para melhor nos impor seus interesses?

Marela Iacub é jurista. Patrice Maniglier é filósofo.

Entre os primeiros signatários desta petição: Segue-se lista de assinaturas (constam do original também anexado).

Artigo Publicado na Edição na edição de 03/12/03